

MANIFESTAÇÃO DA 10ª. CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

Sessão de 14 / ABRIL / 2009

Os telejornais noticiaram, ontem à noite, que os Representantes dos Três Poderes firmaram pacto por uma Justiça mais ágil.

Busca-se tornar mais acessível e ágil o sistema de Justiça. Na cerimônia de assinatura, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a participação conjunta dos Poderes na garantia dos direitos fundamentais.

“O Congresso Nacional, o Poder Judiciário e o Executivo estão de mãos dadas para dizer que não há nada que nos demova de tornar a Justiça Brasileira cada vez mais respeitada e competente”, afirmou Lula.

Durante a cerimônia, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, afirmou que o foco do trabalho estará difundido em todo o sistema de justiça com ações concretas para fortalecer as Defensorias Públicas, o Ministério Público, a advocacia e as forças policiais.

O Ministro Gilmar Mendes ressaltou dez metas nacionais do Judiciário estabelecidas para 2009 no intuito de reduzir as desigualdades entre os diversos segmentos do Judiciário. Entre elas está o compromisso de identificar e julgar todos os processos distribuídos (aos juízes) até 2005.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como coordenador e planejador das atividades da Justiça, seja em mutirões carcerários, na virtualização das Varas de Execução Criminais, na construção de Casas de Justiça e Cidadania e no projeto Começar de Novo – que envolve crianças em risco ou em conflito com a lei em atividades de reinserção entre outros.

Esses projetos são considerados fundamentais para a celeridade e maior cobertura da Justiça nas comunidades. Segundo o Ministro Gilmar Mendes, o Judiciário vem fazendo bom uso da tecnologia para compartilhar dados e cadastros atualizados.

Ele garantiu que o Poder Judiciário “assume o compromisso com a melhoria constante de suas estruturas, como protagonista de suas próprias mudanças”. Mas, para que isto ocorra há necessidade de que os Magistrados e Servidores do Judiciário se sintam estimulados a entrar de corpo e alma neste mutirão cívico.

Sabe-se que os Tribunais de Justiça, diante das limitações orçamentárias, vêm encontrando dificuldades para pagar, aos Magistrados e aos Servidores, direitos que legitimamente foram conquistados (URV, EQUIVALÊNCIA SALARIAL, etc).

Os Presidentes destas Cortes de Justiças ficam em situação difícil perante tais credores, uma vez que os débitos vêm se avolumando, a cada ano que passa.

Não seria o caso de se pensar, no momento atual, quando o Brasil alardeia que tem dinheiro até para emprestar ao FMI, de se fazer um programa, sob responsabilidade do Ministério da Justiça, de ajuda financeira aos Tribunais de Justiça dos Estados, mediante convênios, para que sejam quitadas estas pendências salariais?

Haveria, à evidência, muito melhor receptividade às orientações emanadas do CNJ. Com a palavra os ilustres Presidentes do TJMG, da AMAGIS, da AMB e, também, do COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA.

A UNIÃO FAZ A FORÇA.

Vamos pensar seriamente no assunto.

Em 14 – ABRIL – 2009

ALBERTO ALUÍZIO PACHECO DE ANDRADE
PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (Presidente)
ÁLVARES CABRAL DA SILVA
ELECTRA MARIA DE ALMEIDA BENEVIDES